

ANEXO II

Condições Gerais aplicáveis aos acordos de contribuição da União Europeia com organizações internacionais

ÍNDICE

Artigo 1.º -Obrigações gerais	2
Artigo 2.º -Obrigações em matéria de informação e de apresentação de relatórios narrativos e financeiros	3
Artigo 3.º -Responsabilidade.....	5
Artigo 4.º -Conflito de interesses	6
Artigo 5.º -Confidencialidade	6
Artigo 6.º -Visibilidade e transparência.....	6
Artigo 7.º -Propriedade e utilização dos resultados e do equipamento.....	8
Artigo 8.º -Avaliação da ação.....	8
Artigo 9.º -Alteração do Acordo	9
Artigo 10.º -Adjudicação de contratos	9
Artigo 11.º -Período de implementação do Acordo, suspensão e força maior.....	11
Artigo 12.º -Denúncia do Acordo.....	12
Artigo 13.º -Resolução de litígios	13
DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS.....	14
Artigo 14.º -Custos elegíveis.....	14
Artigo 15.º -Pagamentos.....	16
Artigo 16.º -Contabilidade e controlo técnico e financeiro	18
Artigo 17.º -Montante final do financiamento da Entidade Contratante	19
Artigo 18.º -Recuperação	20

DISPOSIÇÕES GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Artigo 1.º - OBRIGAÇÕES GERAIS

- 1.1 A Organização assegurará que a Ação é executada em conformidade com a Descrição da Ação constante do anexo I, sendo responsável pela consecução dos objetivos nela fixados. A Organização presta contas sobre a evolução dos indicadores de resultados fixados na Descrição da Ação.
- 1.2 A Organização executará a Ação com o cuidado, a eficiência, a transparência e o zelo necessários, de acordo com as melhores práticas no domínio em causa e em conformidade com o presente Acordo.

A Organização envidará todos os esforços no sentido de mobilizar a totalidade dos recursos financeiros, humanos e materiais necessários para a completa realização da Ação, conforme especificado na Descrição da Ação.

- 1.3 A Organização pode executar a Ação pelos seus próprios meios ou em parceria com uma ou mais das organizações mencionadas na Descrição da Ação (parceiros de execução ou parceiros). Os parceiros devem participar efetivamente na execução da Ação e os custos em que incorrerem são elegíveis nas mesmas condições que os custos em que a Organização incorreu.

A Organização pode igualmente subcontratar partes da Ação, em conformidade com o disposto no artigo 10.º das presentes Condições Gerais.

Sempre que a contribuição da UE para a Organização assuma a forma de uma subvenção, na sequência de um convite à apresentação de propostas ou de uma atribuição direta e, por conseguinte, não se trate de uma Ação em gestão conjunta, nomeadamente sempre que a execução da Ação implique a concessão de apoio financeiro a terceiros, a Organização só pode conceder apoio financeiro a terceiros (subsubvencionamento) se tal estiver previsto nas Condições Especiais e como forma de contribuir para a consecução dos objetivos da Ação. A descrição da ação deve incluir a lista e a descrição dos tipos de atividade elegíveis para o subsubvencionamento, assim como os critérios de seleção dos Beneficiários dessas subsubvenções. A Descrição da Ação deve também definir o montante total que pode ser utilizado para esse fim, bem como os critérios para a definição do montante exato por subsubvenção. O montante máximo de uma subsubvenção limita-se a 60 000 EUR por terceiro, exceto nos casos em que o apoio financeiro sob forma de subvenção e subsubvenção constitua o objetivo primário da Ação e não seja financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento. A concessão de subsubvenções pela Organização obedece às regras de nacionalidade e de elegibilidade estabelecidas no artigo 10.º, n.º 3.

Sempre que se não trate de uma Ação em gestão conjunta, a maior parte da Ação deve ser executada pela Organização e, se for caso disso, pelos seus parceiros.

A Organização será plenamente responsável pela coordenação e execução de todas as atividades subcontratadas.

- 1.4 A Organização compromete-se a garantir que as condições que lhe são aplicáveis nos termos dos artigos 1.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 10.º, 14.º, 16.º e 17.º do presente Acordo são aplicáveis igualmente aos parceiros e contratantes envolvidos.

- 1.5 A Organização deve tomar as medidas necessárias para prevenir irregularidades, fraude, corrupção ou outras atividades ilícitas no âmbito da gestão da Ação. Todos os casos comprovados ou suspeitos de irregularidade, fraude e corrupção associados ao presente Acordo, bem como as medidas conexas tomadas pela Organização, devem ser comunicados sem tardar à Entidade Contratante.

Se necessário, a Organização deve denunciar os contratos com os parceiros, contratantes ou agentes envolvidos em atos fraudulentos ou práticas de corrupção relacionados com a presente Ação ou outras ações executadas pela Organização e financiadas pela União Europeia ou pela Entidade Contratante, tomando todas as medidas razoáveis necessárias para recuperar os fundos que tenham sido pagos indevidamente.

- 1.6 Sem prejuízo do estipulado no artigo 1.º, n.º 3, e no artigo 10.º, o Acordo e os pagamentos dele decorrentes não poderão em nenhuma circunstância ser cedidos a terceiros sem o acordo prévio escrito da Entidade Contratante.
- 1.7 Desde que as Condições Especiais o prevejam, as disposições relativas às «Ações em Regime de Gestão Conjunta» das presentes Condições Gerais podem ser aplicadas caso se verifique uma das seguintes condições, pelo menos:
- a realização da Ação implica a necessidade de congregar recursos provenientes de diversos doadores e não é razoavelmente possível ou oportuno atribuir o contributo específico de cada doador a cada tipo de despesa (seguidamente «Ações com diversos doadores»);
 - a Comissão Europeia e a Organização estão vinculadas por um acordo-quadro de longo prazo que define as disposições administrativas e financeiras da respetiva cooperação;
 - a Comissão Europeia e a Organização avaliaram conjuntamente a viabilidade e definiram as condições de execução da Ação.
- 1.8 Se não for a Entidade Contratante, a Comissão Europeia não será Parte no presente Acordo, que lhe conferirá unicamente os direitos e obrigações explicitamente mencionados. No entanto, aprovará o Acordo para assegurar o financiamento da contribuição da Entidade Contratante pelo Orçamento da UE, pelo que serão aplicáveis as disposições do Acordo em matéria de visibilidade.

Artigo 2.º - OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE INFORMAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS NARRATIVOS E FINANCEIROS

- 2.1 A Organização deve transmitir à Entidade Contratante todas as informações relativas à execução da Ação. Para o efeito, a Organização deve facultar, antes da assinatura do presente Acordo, um plano de trabalho para o primeiro período de implementação, tal como especificado na Descrição da Ação. A Organização deve elaborar relatórios de progresso e um relatório final. Estes relatórios devem ser constituídos por uma parte narrativa e uma parte financeira e abranger o conjunto da Ação, independentemente de esta ser total ou parcialmente financiada pela Entidade Contratante.
- 2.2 A Entidade Contratante pode solicitar a qualquer momento informações complementares, indicando as razões do seu pedido. Tais informações devem ser comunicadas num prazo de 30 dias a contar do pedido.

- 2.3 A Organização deve enviar à Entidade Contratante relatórios de progresso em conformidade com as modalidades a seguir indicadas. Cada relatório deve contemplar todos os aspetos da execução da Ação durante o período a que se refere.

O relatório deve ser estruturado de forma a permitir uma comparação entre os objetivos, os meios propostos ou utilizados (nomeadamente informações específicas sobre os montantes objeto de compromisso jurídico todos os custos em que a Organização e, se for caso disso, os seus parceiros, tenham efetivamente incorrido), os resultados previstos e os resultados obtidos, bem como os elementos do orçamento da Ação. O nível de pormenor de qualquer relatório deve corresponder à Descrição da Ação e ao orçamento da Ação.

- 2.4 O relatório narrativo deve incidir diretamente sobre o presente Acordo e incluir, no mínimo, os seguintes elementos:

- resumo e contexto da ação;
- atividades realizadas no decurso do período de referência (isto é, diretamente relacionadas com a Ação e com as atividades descritas no presente Acordo);
- dificuldades encontradas e medidas adotadas para ultrapassar os problemas;
- alterações introduzidas na execução;
- realizações e resultados, medidos de acordo com os indicadores de desempenho determinados pelo presente Acordo;
- plano de trabalho para o período seguinte, que inclua uma definição dos objetivos e dos indicadores de desempenho para medição dos resultados. Se o relatório não puder ser transmitido antes do termo fixado para o período abrangido pelo programa de trabalho precedente, deve ser apresentado, antes dessa data, um novo programa de trabalho, mesmo provisório.

- 2.5 O relatório final deve incluir os elementos acima referidos sobre as atividades e os resultados da Ação (exceto no caso do programa de trabalho mencionado no último travessão, inútil no fim da Ação) e cobrir todo o período de implementação, informações sobre as medidas tomadas para assegurar a identificação da União Europeia como fonte de financiamento, dados sobre as transferências de propriedade mencionadas no artigo 7.º, n.º 3, se pertinentes, bem como um mapa recapitulativo completo das receitas da Ação, assim como das contribuições recebidas e dos custos suportados.

- 2.6 Os relatórios devem ser redigidos na língua do presente Acordo e entregues nos seguintes prazos:

Se os pagamentos forem efetuados segundo a opção 2 prevista no artigo 15.º, n.º 1:

- deve ser apresentado à Entidade Contratante um relatório de progresso no termo de cada período de 12 meses, se o período de execução do presente Acordo for mais prolongado;
- o relatório final deve ser apresentado à Entidade Contratante o mais tardar seis meses após o termo do período de implementação do presente Acordo definido no artigo 2.º das Condições Especiais.

Se os pagamentos forem efetuados segundo a opção 2 prevista no artigo 15.º, n.º 1:

- cada pedido de pagamento de pré-financiamento/pagamento intermédio deve ser acompanhado de um relatório de progresso;
- o relatório final deve ser apresentado à Entidade Contratante o mais tardar seis meses após o termo do período de implementação do presente Acordo definido no artigo 2.º das Condições Especiais.

2.7 Os relatórios devem ser apresentados em euros e na moeda utilizada pela Organização, e podem ser elaborados a partir de fichas financeiras expressas noutras moedas, em conformidade com os requisitos jurídicos da Organização. Nesse caso, e para efeitos do relatório, a conversão em euros deve ser efetuada à taxa de câmbio utilizada para registar a contribuição da Entidade Contratante nas contas da Organização (média ponderada), salvo disposição em contrário do artigo 4.º, n.º 3, das Condições Especiais

2.8 Os relatórios complementares eventualmente exigidos serão previstos nas Condições Especiais.

2.9 Se, na data-limite de apresentação do relatório final à Entidade Contratante fixada no artigo 2.º, n.º 6, a Organização não tiver cumprido esta obrigação nem apresentado por escrito uma explicação aceitável dos motivos que a impediram de o fazer, a Entidade Contratante pode recusar se a pagar quaisquer montantes ainda não liquidados e proceder à cobrança de todos os montantes indevidamente pagos.

Além disso, se não tiver apresentado um relatório de progresso nem, se for caso disso, um pedido de pagamento no final de cada período de 12 meses seguinte à data fixada no artigo 2.º, n.º 2, das Condições Especiais, a Organização deve comunicar à Entidade Contratante os motivos que a impediram de o fazer e indicar sucintamente o estado de adiantamento da Ação. Se a Organização não cumprir esta obrigação, a Entidade Contratante pode denunciar o Acordo em conformidade com o disposto no artigo 12.º, n.º 2, recusar se a pagar os montantes ainda não liquidados e proceder à cobrança dos montantes indevidamente pagos.

2.10 Paralelamente aos relatórios acima referidos, a Organização deve assegurar que os relatórios e o balanço relativos ao adiantamento da Ação, publicações, comunicados de imprensa e atualizações relativos ao presente Acordo são comunicados à Entidade Contratante à medida que forem sendo publicados.

A Organização e a Entidade Contratante devem enviar todos os esforços no sentido de promover uma estreita colaboração e o intercâmbio de informações no âmbito da Ação. A Organização deve convidar a Comissão Europeia a participar em qualquer comité de doadores que possa ser constituído no âmbito das ações com diversos doadores.

2.11 A Organização deve informar sem demora a Entidade Contratante de qualquer circunstância suscetível de entrar ou de atrasar a execução da Ação.

Artigo 3.º - RESPONSABILIDADE

3.1 A Organização deve assumir todas as responsabilidades pelo cumprimento de todas as obrigações jurídicas que lhe incumbam.

3.2 A Entidade Contratante não pode, em caso algum, seja qual for o motivo, ser considerada responsável por danos ou prejuízos sofridos pelo pessoal ou pelos bens da

Organização durante a execução da Ação ou em sua consequência. A Entidade Contratante não pode, portanto, admitir qualquer pedido de indemnização ou de pagamento adicional por estes motivos.

- 3.3 Sob reserva do regime relativo aos privilégios e imunidades da Organização, esta última deve assumir todas as responsabilidades perante terceiros, nomeadamente por danos ou prejuízos de qualquer natureza que lhes sejam causados, relacionados ou decorrentes da Ação. A Organização desvincula a Entidade Contratante de qualquer responsabilidade relacionada com eventuais reclamações ou ações judiciais resultantes da infração a leis ou regulamentos cometida pela própria Organização, pelos seus empregados ou pelas pessoas a seu cargo, bem como da violação dos direitos de terceiros.

Artigo 4.º - Conflito de interesses

A Organização deve tomar todas as medidas necessárias para evitar conflitos de interesses e informar sem demora a Entidade Contratante de qualquer situação suscetível de constituir ou conduzir a um conflito de interesses.

Existe conflito de interesses sempre que o exercício imparcial e objetivo das funções de um interveniente no âmbito do presente acordo se encontre comprometido por motivos de ordem familiar ou afetiva, de afinidade política ou nacional, de interesse económico ou qualquer outro motivo de comunhão de interesses com outra parte, designadamente um contratante ou um beneficiário de subvenções ou os beneficiários finais dos financiamentos.

Artigo 5.º - CONFIDENCIALIDADE

Sob reserva do artigo 16.º, a Entidade Contratante e a Organização comprometem-se a preservar a confidencialidade de qualquer documento, informação ou material relacionado com o Acordo e devidamente classificado como confidencial, durante um período mínimo de 5 anos após a data indicada no artigo 12.º, n.º 4. Ainda que não seja a Entidade Contratante, a Comissão Europeia deve ter acesso a todos os documentos que tenham sido comunicados à primeira e garantir a mesma confidencialidade.

Artigo 6.º - VISIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA

- 6.1 Salvo pedido ou acordo em contrário por parte da Comissão Europeia, a Organização deve tomar todas as medidas necessárias para assegurar a visibilidade do financiamento da Ação pela União Europeia. As informações comunicadas à comunicação social e aos beneficiários da ação, bem como todos os suportes publicitários, anúncios oficiais, relatórios e publicações, devem mencionar o facto de a ação ter sido realizada «com financiamento da União Europeia» e incluir de forma apropriada o logótipo da União Europeia (doze estrelas amarelas sobre fundo azul). Estas medidas devem ser conformes ao Manual de Comunicação e Visibilidade das Ações Externas da União Europeia, publicado pela Comissão Europeia, ou a quaisquer outras orientações acordadas entre a Comissão Europeia e a Organização.

O logótipo da Organização pode figurar normalmente nos seus equipamentos e veículos, assim como qualquer outra indicação que mencione que tais equipamentos ou veículos lhe pertencem pode igualmente neles figurar de forma bem visível. Sempre que os equipamentos, veículos e material importante tenham sido adquiridos com fundos concedidos pela União Europeia, a Organização deve indicá-lo de forma apropriada, designadamente neles apondo o logótipo europeu. Se tal indicação for

suscetível de pôr em causa os privilégios e imunidades da Organização ou a segurança do seu pessoal, deve a Organização propor procedimentos alternativos adequados.

- 6.2 A dimensão e a disposição da menção da fonte de financiamento e do logótipo da União Europeia devem ser escolhidas por forma a assegurar devidamente a sua visibilidade e a não criar qualquer confusão quanto ao facto de a Ação se incluir nas atividades da Organização, os equipamentos e o material lhe pertencerem e os seus privilégios e imunidades se aplicarem à Ação em causa.
- 6.3 Todas as publicações da Organização relativas à Ação, independentemente da forma e do suporte utilizados, incluindo a Internet, devem incluir a seguinte declaração de exoneração de responsabilidade ou uma menção análoga: «O presente documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. As opiniões nele expressas não refletem necessariamente a posição oficial da União Europeia».
- 6.4 Se os equipamentos adquiridos graças a uma contribuição financeira da União Europeia não forem transferidos para os parceiros locais da Organização ou para o beneficiário final da Ação o mais tardar aquando da apresentação do relatório final, as exigências em matéria de visibilidade aplicáveis a esses equipamentos (nomeadamente a aposição do logótipo europeu) permanecem aplicáveis entre a data de apresentação do relatório final e a data de conclusão do projeto, do programa ou da ação da Organização no seu conjunto, se esta última for posterior.
- 6.5 As menções relativas às contribuições da União Europeia devem indicar o montante destas contribuições em euros (€ ou EUR) entre parêntesis, se necessário. A presente disposição não se aplica às publicações e relatórios da Organização elaborados nos termos das disposições legais que lhe são aplicáveis.
- 6.6 A Organização aceita que a Entidade Contratante e a Comissão Europeia (caso esta última não seja a Entidade Contratante) publiquem, sob qualquer forma e suporte, incluindo nos respetivos sítios Internet, o nome e o endereço da Organização, o objeto e o montante da contribuição, bem como, se for caso disso, a percentagem do cofinanciamento.

Mediante pedido devidamente fundamentado da Organização, a Comissão Europeia pode aceitar renunciar a esta publicidade se a comunicação das informações acima referidas puder pôr em causa a segurança da Organização ou afetar negativamente os seus interesses.

- 6.7 Tendo em devida conta as regras aplicáveis em matéria de confidencialidade, segurança e proteção dos dados pessoais, a Organização deve publicar anualmente, no seu sítio WEB, as seguintes informações sobre contratos de subvenção e contratos públicos de valor superior a 15 000 EUR financiados pela Entidade Contratante: designação do contrato/projeto, natureza e finalidade do contrato/projeto, nome e localidade do contratante ou do beneficiário da subvenção e montante do contrato/projeto. Por «localidade» deve entender-se, para as pessoas coletivas, o endereço e, para as pessoas singulares, a região do nível NUTS 2¹ ou equivalente.

¹ Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas, disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/ramon>

- 6.8 A Organização deve comunicar à Entidade Contratante o endereço do sítio Internet em que figuram estas informações e autorizar a publicação deste endereço no sítio Internet da Entidade Contratante.

A Organização deve assegurar-se de que a obrigação de publicar estas informações é aplicada igualmente pelos seus parceiros de execução, como descrito no anexo I do presente Acordo, no que respeita às suas próprias subvenções e contratos financiados pela Entidade Contratante.

Artigo 7.º - PROPRIEDADE E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS E DO EQUIPAMENTO

- 7.1 A propriedade, os títulos e os direitos de propriedade industrial e intelectual dos resultados da Ação, bem como dos relatórios e outros documentos relativos a esta última, serão atribuídos à Organização, se for caso disso, conjuntamente com terceiros, ou conforme acordado pela Organização.
- 7.2 Não obstante o estipulado no n.º 1 e sob reserva do estipulado no artigo 5.º, a Organização deve conceder à Entidade Contratante (e à Comissão Europeia, se esta não for a Entidade Contratante) o direito de utilizar livremente e da forma que considerar mais adequada todos os documentos resultantes da Ação, independentemente da forma que assumam, desde que tal utilização não infrinja direitos de propriedade industrial e intelectual existentes.
- 7.3 Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, os equipamentos, veículos e materiais adquiridos com o financiamento da Entidade Contratante devem ser transferidos para as autoridades ou parceiros locais (excluindo contratantes comerciais) da Organização ou para os beneficiários finais da Ação até à apresentação do relatório final. A prova documental dessas transferências deve ser conservada para verificação, juntamente com os documentos mencionados no artigo 16.º, n.º 3.

Em derrogação ao disposto no parágrafo precedente, os equipamentos, veículos e materiais adquiridos no âmbito de ações com diversos doadores, que se prolonguem para além do período de implementação do presente Acordo, podem ser transferidos para essas autoridades ou parceiros locais ou para os beneficiários finais no final do projeto, programa ou ação da Organização. A Organização compromete-se a utilizar esses bens em favor dos beneficiários da presente Ação. A Organização deve informar a Entidade Contratante, no seu relatório final, da utilização final dos bens.

Caso não existam autoridades ou parceiros locais para os quais os equipamentos, veículos e materiais possam ser transferidos, a organização pode transferir esses bens para outra ação financiada pela União Europeia ou pela Entidade Contratante, ou ainda, excecionalmente, conservar a propriedade dos equipamentos, veículos e materiais no final da Ação. Nesses casos, deve apresentar um pedido escrito justificado, incluindo um inventário dos bens em causa e uma proposta relativa à sua utilização, devendo fazê-lo o mais rapidamente possível e o mais tardar aquando da apresentação do relatório final. A afetação final não pode, de forma alguma, pôr em causa a sustentabilidade da Ação ou traduzir-se num lucro para a Organização.

Artigo 8.º - AVALIAÇÃO DA AÇÃO

- 8.1 Os representantes da Comissão Europeia devem ser convidados a participar nas principais atividades de acompanhamento e nas missões de avaliação dos resultados da Ação. As conclusões destas missões de avaliação devem ser comunicadas à Comissão Europeia.

- 8.2 O estipulado no n.º 1 aplica-se sem prejuízo de qualquer missão de avaliação que a Comissão Europeia deseje efetuar enquanto doador. As missões de avaliação dos representantes da Comissão Europeia devem ser planeadas e realizadas num espírito de colaboração entre o pessoal da Organização e os representantes da Comissão Europeia, não esquecendo o compromisso assumido pelas Partes de assegurar a execução eficiente do presente Acordo. Estas missões devem ser planeadas antecipadamente e os aspetos processuais decididos conjuntamente pela Comissão Europeia e pela Organização antes da realização das missões. Antes de apresentar a versão final do seu relatório, a missão facultará à Organização um projeto para que esta formule as suas observações.

Artigo 9.º - ALTERAÇÃO DO ACORDO

- 9.1 Qualquer alteração do Acordo, incluindo os respetivos anexos, deve ser efetuada por escrito e ser objeto de uma adenda ao Acordo. O Acordo só pode ser alterado durante o período de execução fixado no artigo 2.º, n.º 4, das Condições Especiais.

Se o pedido de alteração emanar da Organização, esta deve apresentá-lo à Entidade Contratante um mês antes da data em que a alteração deve entrar em vigor; em todo o caso e no mínimo, um mês antes do final do período de execução, salvo ocorrência de circunstâncias especiais, devidamente comprovadas pela Organização e aceites pela Entidade Contratante.

- 9.2 Se a alteração da Descrição e /ou do orçamento da Ação não afetar o objetivo essencial da Ação e as consequências financeiras se limitarem a uma transferência no interior de uma mesma rubrica orçamental, incluindo a anulação ou a introdução de um número orçamental, ou a uma transferência entre rubricas do orçamento que implique uma variação (em termos cumulativos, se for caso disso) inferior ou igual a 15% do montante originalmente inscrito (ou alterado por uma retificação formal) em relação a cada rubrica de custos elegíveis em causa, a Organização pode alterar o orçamento, devendo informar desse facto por escrito a Entidade Contratante. As rubricas relativas às despesas administrativas e à provisão para imprevistos não podem ser alteradas segundo este procedimento.

As alterações de endereço e de conta bancária podem ser objeto de uma simples notificação por escrito à Entidade Contratante. As alterações de conta bancária devem ser especificadas no pedido de pagamento utilizando a ficha de identificação financeira que constitui o anexo IV.

- 9.3 Uma alteração não pode ter por finalidade nem efeito mudanças que ponham em causa a decisão de concessão. Nos casos em que o Acordo resulte de um convite à apresentação de propostas, a alteração não pode contrariar a igualdade de tratamento dos requerentes nem aumentar o montante máximo referido no artigo 3.º, n.º 2, das Condições Especiais.

Artigo 10.º - ADJUDICAÇÃO DE CONTRATOS

- 10.1 Se forem subcontratadas partes da Ação, as condições da subcontratação, em especial os princípios para a adjudicação de contratos e concessão de subvenções, devem ser especificadas na Descrição da Ação. Caso tais informações não sejam indicadas na Descrição da Ação, a Organização deve comunicá-las à Entidade Contratante logo que se encontrem disponíveis. A Organização deve igualmente informar a Entidade Contratante, o mais brevemente possível, de eventuais alterações dessas condições. A

Organização deve facultar informações pormenorizadas relativas às condições de subcontratação no relatório final.

- 10.2 Salvo acordo em contrário das Partes, por escrito, a adjudicação de contratos de obras, fornecimentos e serviços e a concessão de subvenções pela Organização ou seus parceiros no âmbito da Ação devem obedecer às regras e aos procedimentos aplicáveis adotados pela Organização.

Esta disposição aplica-se no pressuposto de que as regras e os procedimentos da Organização são conformes às normas internacionalmente reconhecidas na matéria, de acordo com os princípios da transparência, proporcionalidade, boa gestão financeira, igualdade de tratamento e não discriminação, assegurando que não existem conflitos de interesses.

Sem prejuízo dos procedimentos específicos e das exceções aplicados pela Organização, a concessão pela Organização de subvenções financiadas pela contribuição da Entidade Contratante deve conformar-se com os seguintes princípios:

- as subvenções não podem ser cumulativas, atribuídas retroativamente ou ter por fim ou efeito proporcionar lucros ao seu beneficiário;
- devem implicar um cofinanciamento por outros doadores, salvo em casos de situação ou crise humanitária, proteção da saúde e direitos fundamentais das pessoas, no caso de os beneficiários serem países terceiros ou outras organizações internacionais e havendo interesse da União Europeia em ser o único doador.

- 10.3 Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, a origem dos fornecimentos e a nacionalidade das organizações, empresas e peritos selecionados para a execução de atividades no âmbito da Ação devem ser determinadas em conformidade com as regras aplicáveis da Organização. Em todo o caso, são igualmente elegíveis os fornecimentos, organizações, empresas e peritos que sejam elegíveis em conformidade com as disposições regulamentares da União Europeia.

- 10.4 A Organização deve adotar medidas razoáveis, de acordo com os seus próprios procedimentos, para garantir que os potenciais candidatos ou proponentes e os beneficiários de subvenções sejam excluídos da participação num processo de concurso ou de concessão de subvenções financiado pela contribuição da Entidade Contratante, caso:

- a) Se encontrem em situação de falência ou sejam objeto de um processo de falência, de liquidação, de concordata de credores, de cessação de atividade, estejam sob Entidade judicial ou sujeitos a qualquer outro meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
- b) Eles próprios, ou pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo sobre eles, tenham sido condenados por sentença transitada em julgado, proferida por uma autoridade competente de um Estado-Membro, por delitos que afetem a sua honorabilidade profissional;
- c) Tenham sido, eles próprios, ou pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo sobre eles, condenados por sentença

transitada em julgado por fraude, corrupção, participação numa organização criminosa, branqueamento de capitais ou qualquer outra atividade ilegal que prejudique os interesses financeiros da União;

- d) Sejam culpados de falsas declarações na prestação das informações solicitadas como condição de participação no processo ou de não-prestação das referidas informações;
- e) Se encontrarem em situação de conflito de interesses.

Se um candidato ou proponente se encontrar numa das situações referidas na alínea c) ou se um contratante que beneficie do financiamento da presente contribuição tiver sido considerado culpado de falsas declarações ou tiver cometido erros graves, irregularidades ou fraude, a Organização deve informar a Comissão Europeia desse facto.

Sem prejuízo da possibilidade de a Comissão Europeia ou a Entidade Contratante excluir uma entidade de contratos e subvenções futuros financiados pela UE, a Organização pode impor sanções financeiras aos contratantes, de acordo com normas e procedimentos que lhe são próprios.

- 10.5 Em caso de incumprimento do estipulado supra, os custos correspondentes podem ser declarados inelegíveis para financiamento pela Entidade Contratante ou pela Comissão Europeia até à aceitação do relatório final.

Artigo 11.º - PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO, SUSPENSÃO E FORÇA MAIOR

- 11.1 Independentemente da data de início e do período de implementação do projeto, programa ou ação da Organização, o período de implementação do presente Acordo é o fixado no artigo 2.º das Condições Especiais.
- 11.2 Os contratos que executam a Ação nos termos do Acordo devem ser celebrados conforme especificado no artigo 2.º, n.º 5, das Condições Especiais. O prazo contratual aplica-se igualmente a todos os contratos assinados pelos parceiros de execução. Decorrido o prazo contratual, e até à apresentação do relatório final, só podem ser celebrados contratos relativos a auditorias finais, avaliações e atividades de encerramento e os celebrados após a cessação antecipada de um contrato anterior. O prazo para a celebração de contratos de execução da Ação nos termos do Acordo, estabelecido no artigo 2.º, n.º 5, das Condições Especiais, não pode ser prorrogado.
- 11.3 A Organização pode suspender imediatamente a execução da totalidade ou de parte da Ação se as circunstâncias o exigirem, nomeadamente em caso de força maior, devendo informar imediatamente a Entidade Contratante, facultando-lhe todas as precisões necessárias. O presente Acordo pode ser denunciado em conformidade com o estipulado no artigo 12.º, n.º 1. Se o Acordo não for denunciado, a Organização deve esforçar-se por limitar o período de suspensão e pode retomar a execução da Ação logo que se encontrem reunidas as condições necessárias, devendo informar desse facto a Entidade Contratante.
- 11.4 A Entidade Contratante pode pedir à Organização que suspenda a execução da totalidade ou de parte da Ação se as circunstâncias o exigirem, nomeadamente em caso de força maior ou de uma crise que imponha uma mudança de política. Nesses casos, o presente Acordo pode ser denunciado em conformidade com o estipulado no artigo 12.º, n.º 1. Se o Acordo não for denunciado, a Organização e a Entidade

Contratante devem esforçar-se por limitar o período de suspensão ao mínimo e retomar a execução da Ação logo que as condições o permitam, com a aprovação prévia por escrito da Entidade Contratante.

- 11.5 O período de implementação do presente Acordo será automaticamente prorrogado por um período equivalente à duração da suspensão. Esta disposição não prejudica eventuais alterações do Acordo que possam revelar-se necessárias para adaptar a Ação às novas condições de execução, ao artigo 12.º, n.º 1, ou a uma resolução nos termos do artigo 12.º, n.º 1.
- 11.6 Entende-se por «força maior» qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das Partes e não imputável a uma falta ou negligência de uma delas (nem de nenhum dos seus parceiros, contratantes, agentes ou empregados), que a impeça de cumprir as suas obrigações decorrentes do presente Acordo e que não tenha podido ser superada apesar de a Parte em causa ter atuado com toda a diligência. Os defeitos de equipamento ou de material ou atrasos na respetiva disponibilização, conflitos laborais, greves ou problemas financeiros não podem ser invocados como casos de força maior. Nenhuma das Partes pode ser considerada responsável pelo incumprimento das suas obrigações no âmbito do Acordo se tal incumprimento se dever a um caso de força maior. Sem prejuízo do estipulado no artigo 11.º, n.ºs 3 e 4, a Parte que invoque um caso de força maior deve comunicar sem demora esse facto à outra Parte, precisando a sua natureza, a duração provável e os efeitos previsíveis, e tomar todas as medidas necessárias para minimizar os eventuais danos.

Artigo 12.º - DENÚNCIA DO ACORDO

- 12.1 Se, a qualquer momento, uma das Partes considerar que os objetivos do Acordo não podem ser realizados de forma eficaz e apropriada, deve consultar a outra Parte. Caso as Partes não cheguem a acordo sobre uma solução, qualquer das Partes pode denunciar o Acordo mediante um pré-aviso escrito de dois meses. Neste caso, a Organização tem direito apenas à parte da contribuição correspondente à parte da Ação executada, bem como ao reembolso dos compromissos contratuais que tenha já assumido para a execução da Ação, aos quais não possa razoavelmente pôr termo por motivos legais. A parte da contribuição da UE não utilizada, ou não utilizada em conformidade com o presente Acordo, será recuperada pela Entidade Contratante nos termos dos artigos 17.º e 18.º, após pagamento de todas as obrigações contraídas pela Organização, incluindo, se for caso disso, os juros recebidos.
- 12.2 Sempre que a Organização:
- não cumprir, sem justificação, as obrigações que lhe incumbem e se, depois de notificada para cumprir por escrito, continuar a não cumprir ou a não apresentar uma explicação satisfatória no prazo de 30 dias a contar da data da notificação;
 - não respeitar o estipulado no artigo 1.º, n.ºs 5 e 6 ou no artigo 4.º;
 - tiver prestado declarações falsas ou incompletas para obter a contribuição prevista no Acordo ou tiver apresentado relatórios que não correspondam à realidade;
 - tenha cometido irregularidades financeiras ou uma falta grave em matéria profissional;

- registre uma alteração jurídica, financeira, técnica ou organizativa suscetível de afetar o presente Acordo de forma significativa ou de pôr em causa a decisão de atribuição;

a Entidade Contratante iniciará conversações com a Organização e, caso não seja encontrada uma solução aceitável no prazo de um mês, pode denunciar o Acordo mediante pré-aviso de sete dias, não sendo obrigada a pagar qualquer indemnização. Neste caso, a Entidade Contratante pode exigir o reembolso total ou parcial de todos os montantes indevidamente pagos, após ter dado à Organização a oportunidade de apresentar as suas observações.

- 12.3 Por antecipação ou em alternativa à denúncia do Acordo prevista no artigo 12.º, n.º 2, a Entidade Contratante pode suspender os pagamentos ou declaração de elegibilidade das despesas, a título cautelar, disso informando imediatamente a Organização.
- 12.4 O presente Acordo caduca se não tiver dado origem a nenhum pagamento pela Entidade Contratante (incluindo o pré-financiamento) no período de três anos subsequente à sua assinatura.
- 12.5 As obrigações de pagamento da União Europeia decorrentes do presente Acordo terminam 18 meses após o termo do período de implementação fixado no artigo 2.º das Condições Especiais, a menos que o Acordo seja denunciado em conformidade com o presente artigo.

A Entidade Contratante deve notificar a Organização de qualquer adiamento da data de conclusão. A Entidade Contratante deve adiar a data de conclusão, para poder cumprir as suas obrigações de pagamento, sempre que a Organização tenha apresentado o seu pedido de pagamento em conformidade com as disposições contratuais ou, em caso de litígio, até ao termo do processo de resolução do litígio previsto no artigo 13.º.

Artigo 13.º - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

- 13.1 para os Estados e as Organizações Internacionais, em vigor na data de conclusão do presente Acordo. As Partes devem envidar todos os esforços no sentido de resolver amigavelmente qualquer litígio ou reclamação relacionados com a interpretação, aplicação ou cumprimento do presente Acordo, designadamente no que se refere à sua existência, validade ou denúncia. Caso não seja possível uma resolução amigável, qualquer das Partes pode submeter a questão a arbitragem, em conformidade com o Regulamento Facultativo de Arbitragem do Tribunal Permanente de Arbitragem.
- 13.2 O árbitro será nomeado pelo Secretário-Geral do Tribunal Permanente de Arbitragem mediante pedido escrito de qualquer das Partes. A decisão do árbitro será vinculativa para todas as Partes e irrecorrível.
- 13.3 Nenhuma disposição do presente Acordo pode ser interpretada como uma derrogação aos privilégios e imunidades concedidos a qualquer das partes pelo respetivo Estatuto ou pelo direito internacional.

DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 14.º - CUSTOS ELEGÍVEIS

14.1 São considerados custos diretos elegíveis no âmbito do presente Acordo os custos que satisfaçam os seguintes critérios:

- serem necessários à execução da Ação, estarem previstos especificamente no presente Acordo e satisfazerem os princípios de boa gestão financeira, nomeadamente de economia e de relação custo/eficácia;
- terem sido efetivamente suportados no decurso do período de implementação do presente Acordo, como definido no artigo 2.º das Condições Especiais, independentemente da data em que a Organização tiver desembolsado os fundos correspondentes, em particular;
 - (i) os custos respeitantes a serviços e obras realizados corretamente devem estar relacionados com atividades desenvolvidas durante o período de implementação, os custos respeitantes a fornecimentos devem estar relacionados com entrega e instalação de produtos durante o período de implementação. As transferências de dinheiro entre a Organização e os seus parceiros, assinatura de contratos, uma encomenda ou compromissos para realização futura de serviços, obras ou fornecimentos assumidos antes ou após o período de implementação não satisfazem, consequentemente, este requisito,
 - (ii) os custos suportados devem ser pagos antes da apresentação dos relatórios finais, exceto se se tratar de ações financiadas conjuntamente por vários doadores. Estes custos podem ser pagos posteriormente, desde que sejam indicados no relatório final, juntamente com a data prevista para o pagamento,
 - (iii) os custos relativos aos relatórios finais, incluindo verificação dos custos, auditoria e avaliação final da Ação, nas quais o Beneficiário pode incorrer após o período de implementação da Ação, excetuam-se desta disposição,
 - (iv) os processos de adjudicação de contratos, a que se refere o artigo 10.º, podem ter sido iniciados e os contratos podem ser celebrados pela Organização e seus parceiros antes do início do período de implementação da Ação;
- terem sido lançados na contabilidade da Organização ou dos seus parceiros, serem identificáveis, devidamente comprovados por documentos originais (se for caso disso, em formato eletrónico) e controláveis em conformidade com as disposições do artigo 16.º, n.º 4.

14.2 Sob reserva do estipulado no n.º 1 e sem prejuízo do estipulado no artigo 10.º, n.º 5, são elegíveis, nomeadamente, os seguintes custos diretos em que a Organização ou os seus parceiros tiverem incorrido:

- os custos do pessoal afetado à Ação, correspondentes aos salários reais acrescidos dos encargos sociais e de outros custos que entrem na remuneração (inclusive sob forma de provisões estabelecidas de acordo com regras de contabilidade da Organização, no caso de uma Ação de gestão conjunta). Podem ser incluídos os

custos de pessoal da sede, desde que possam ser identificados como diretamente decorrentes da Ação. Os salários e custos não devem exceder os normalmente suportados pela Organização ou os parceiros;

- as despesas de viagem e de estada do pessoal que participa na Ação, desde que não excedam as normalmente suportadas pela Organização ou os parceiros;
- os custos de aquisição de equipamento (novo ou em segunda mão) imputáveis à Ação;
- os custos de aquisição de bens e serviços (transportes, armazenagem e distribuição, aluguer de equipamento, etc.), desde que sejam diretamente imputáveis à Ação;
- os custos diretamente decorrentes ou relacionados com a aceitação ou distribuição das contribuições em espécie;
- os custos de materiais consumíveis e de fornecimentos diretamente imputáveis à Ação;
- as despesas de contratação diretamente imputáveis à Ação;
- a percentagem dos custos dos gabinetes externos que corresponda à atividade diretamente imputável à Ação ou à percentagem financiada pela Entidade Contratante;
- os custos que decorram diretamente das exigências do Acordo (por exemplo, divulgação de informações, avaliação específica da Ação, elaboração de relatórios específicos para a Entidade Contratante, traduções, reprodução, seguros, formação específica do pessoal que participa na Ação, etc.), incluindo os custos associados aos serviços financeiros (nomeadamente, os custos das transferências bancárias);
- impostos, direitos e encargos, incluindo o IVA, efetivamente pagos e que a Organização (ou, se aplicável, os seus parceiros) não possa recuperar, salvo disposição em contrário das Condições Especiais.

14.3 Não são elegíveis os seguintes custos:

- dívidas e encargos do serviço das dívidas;
- provisões por perdas ou dívidas futuras eventuais;
- juros devidos pela Organização a terceiros;
- custos já financiados a partir de outras fontes;
- compra de terrenos ou de edifícios;
- perdas cambiais;

14.4 Os custos indiretos são elegíveis se não incluírem custos abrangidos por outra rubrica do orçamento do presente Acordo.

Pode igualmente ser imputado aos custos indiretos o valor das contribuições em espécie efetuadas pela Entidade Contratante, incluindo os custos conexos.

Será considerada elegível a título de custos indiretos uma percentagem fixa dos custos diretos elegíveis, que não pode exceder 7%, para a Organização cobrir as despesas administrativas gerais em que incorreu para a Ação. O financiamento dos custos indiretos não tem de ser comprovado por documentos contabilísticos.

Sem prejuízo das disposições anteriores, para as Ações comparáveis e Ações para as quais exista mais do que um doador, o montante solicitado a título de custos indiretos não pode ser superior nem inferior, em percentagem, ao montante recuperado no caso de outras contribuições comparáveis.

Sempre que a percentagem aplicada em conformidade com as decisões dos órgãos de direção da Organização exceda 7%, a Organização pode recuperar o saldo a título de custos diretos elegíveis, sob reserva do respeito das disposições do presente artigo relativas aos custos diretos elegíveis.

Os custos indiretos não serão elegíveis se o Acordo contemplar o financiamento de uma Ação realizada por uma Organização que já beneficie de uma subvenção de funcionamento por parte da União Europeia no decurso do período em causa.

- 14.5 Uma eventual provisão para imprevistos inscrita no orçamento da Ação para cobrir quaisquer ajustamentos que se revelem necessários à luz de uma alteração das circunstâncias no terreno não pode ser superior a 5% dos custos elegíveis e a sua utilização está sujeita a autorização prévia, por escrito, da Entidade Contratante, mediante pedido devidamente justificado da Organização, através de uma troca de cartas.
- 14.6 As contribuições em espécie efetuadas pela Organização ou pelos seus parceiros não podem ser consideradas cofinanciamento nem custos elegíveis. Os custos do pessoal afetado à Ação não constituem uma contribuição em espécie, podendo ser considerados cofinanciamento no orçamento da Ação se forem pagos pela Organização ou pelos seus parceiros.

Artigo 15.º - PAGAMENTOS

- 15.1 As condições de pagamento constam do artigo 4.º das Condições Especiais e obedecem a uma das três opções seguintes:

Opção 1: O período de implementação do Acordo não ultrapassa 12 meses ou a contribuição é inferior a 100 000 EUR

A Entidade Contratante transferirá um pré-financiamento de montante compreendido entre 80% e 95% do montante mencionado no artigo 3.º, n.º 2, das Condições Especiais, após dedução dos imprevistos, no prazo de 30 dias a contar da receção do Acordo assinado por ambas as Partes.

A Entidade Contratante pagará o saldo no prazo de 90 dias após a receção do pedido de pagamento acompanhado do relatório final. O relatório deve ser aprovado no prazo de 45 dias, de acordo com o artigo 15.º, n.º 2. A Entidade Contratante pagará o saldo no prazo de 45 dias a contar da aprovação do relatório final.

Opção 2: O período de implementação do Acordo é superior a 12 meses e a contribuição é igual ou superior a 100 000 EUR

A Entidade Contratante concederá um pré-financiamento, de montante compreendido entre 80% e 95% da parte por ela financiada do orçamento para os primeiros 12 meses da Ação (excluindo os imprevistos), no prazo de 30 dias a contar da receção do Acordo assinado por ambas as Partes.

Cada parcela suplementar consistirá (1) num pagamento intercalar que cobrirá o saldo da parte do orçamento relativo ao período precedente financiada pela Entidade Contratante (incluindo eventuais imprevistos aprovados), acrescido de (2) num pré-financiamento de montante compreendido entre 80% e 95% da parte do orçamento para os 12 meses seguintes (ou do período restante se este for mais curto, como acontece no caso do último pagamento de pré-financiamento) da Ação por ela financiada (excluindo os imprevistos), desde que, no mínimo, 70% do montante do pagamento imediatamente precedente (e 100% dos pagamentos anteriores, se for caso disso) tenham sido objeto de um compromisso jurídico entre a Organização ou os seus parceiros e um terceiro, tal como atestado pelo relatório correspondente.

O pagamento das parcelas e o pagamento final devem ser efetuados pela Entidade Contratante no prazo de 90 dias a contar da receção do pedido de pagamento acompanhado do relatório de progresso ou do relatório final. Os relatórios devem ser aprovados no prazo de 45 dias, de acordo com o artigo 15.º, n.º 2. A Entidade Contratante procederá ao pagamento no prazo de 45 dias a contar da aprovação do relatório de progresso ou do relatório final.

- 15.2 Qualquer relatório será considerado aprovado no prazo de 45 dias a contar da sua receção, acompanhado de um pedido de pagamento conforme ao modelo do anexo V, salvo reação em contrário por parte da Entidade Contratante.

Se a Entidade Contratante não tencionar aprovar um relatório que lhe foi apresentado, deve enviar à Organização um pedido fundamentado no qual especifica as informações complementares que devem ser lhe facultadas no decurso do primeiro período de 45 dias. O prazo para a aprovação do relatório será suspenso até à receção das informações solicitadas. Se a Entidade Contratante considerar que um pedido de pagamento não é admissível, deve enviar à Organização um pedido no qual exponha as suas razões e especifica as informações complementares que devem ser lhe facultadas no decurso do segundo período de 45 dias. O prazo de pagamento será suspenso até à data de registo de um pedido de pagamento devidamente formulado.

Os relatórios devem ser apresentados em conformidade com o artigo 2.º.

A aprovação de um relatório não implica o reconhecimento da sua regularidade nem do carecer autêntico, completo e correto das declarações e informações nele contidas.

- 15.3 Decorrido o prazo de pagamento referido no artigo 15.º, n.º 1, a Organização receberá juros de mora à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu nas suas operações principais de refinanciamento, publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*, série C, no primeiro dia do mês em que o prazo em questão tenha terminado, acrescidos de 3,5 pontos percentuais.

Os juros correspondem ao período decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo de pagamento até ao dia do pagamento. Os eventuais pagamentos parciais serão imputados primeiramente ao pagamento dos juros de mora.

Excecionalmente, se os juros calculados nos termos da presente disposição forem iguais ou inferiores a 200 EUR, estes só serão pagos à Organização a pedido, que deve ser apresentado no prazo de dois meses a contar da receção do pagamento em atraso.

Os juros não são considerados uma receita para a determinação do montante final do financiamento da União Europeia, na aceção do artigo 17.º. A suspensão do pagamento pela Entidade Contratante não pode ser considerada um atraso de pagamento.

- 15.4 O pré-financiamento referido no n.º 1 é fixado a um nível compreendido entre 80% e 95%, por incrementos de 5%, em função dos resultados obtidos anteriormente pela Organização, nomeadamente no que se refere ao respeito pelo prazo fixado para a apresentação do relatório final.
- 15.5 A Entidade Contratante efetuará os pagamentos em euros na conta bancária referida na ficha de identificação financeira constante do anexo IV. Se o pagamento for depositado numa conta bancária já conhecida da Entidade Contratante, a Organização pode facultar uma cópia da ficha de identificação financeira correspondente.
- 15.6 Se possível, os fundos pagos pela Entidade Contratante devem ser conservados em contas bancárias expressas em euros, podendo ser depositados conjuntamente com as contribuições provenientes de outros doadores. Podem também ser convertidos noutras moedas tendo em vista facilitar o seu desembolso.
- 15.7 Se, nos termos das Condições Especiais, forem devidos à Organização juros produzidos pelos fundos recebidos da Entidade Contratante, devem esses juros ser deduzidos do pagamento do saldo, reutilizados para a Ação ou recuperados pela Entidade Contratante. Nesse caso, os juros devem ser identificados como tal e refletidos nos relatórios apresentados à Entidade Contratante.

Artigo 16.º - CONTABILIDADE E CONTROLO TÉCNICO E FINANCEIRO

- 16.1 A Organização deve manter registos e contas rigorosos e sistemáticos relativos à execução da Ação. Deve ser mantida uma contabilidade separada para cada Ação, em que figurem pormenorizadamente todas as receitas geradas pela Ação, as contribuições dos doadores e as despesas.

As regras contabilísticas da Organização aplicam-se desde que sejam conformes com as normas aceites internacionalmente.

- 16.2 As operações e as demonstrações financeiras estão sujeitas aos processos de auditoria interna e externa estabelecidos pela regulamentação financeira e pelas regras e diretivas da Organização. Esta última deve transmitir uma cópia das demonstrações financeiras auditadas à Comissão Europeia.
- 16.3 Durante um período de cinco anos, no mínimo, após a data de conclusão referida no artigo 12.º, n.º 5, a Organização deve:
 - conservar os documentos de contabilidade financeira relativos às atividades financiadas pela contribuição;
 - colocar à disposição dos órgãos competentes da União Europeia, mediante pedido, todas as informações financeiras necessárias, nomeadamente as contas relativas à Ação, independentemente de esta ser executada pela Organização, pelos seus parceiros de execução ou por subcontratantes.

- 16.4 Em conformidade com o seu regulamento financeiro, a União Europeia, incluindo o Tribunal de Contas Europeu, pode proceder a verificações, nomeadamente no local, relacionadas com as Ações financiadas pela Entidade Contratante.
- 16.5 Estas disposições devem ser aplicadas em conformidade com qualquer acordo específico eventualmente concluído nesta matéria entre a Organização e a União Europeia.

Artigo 17.º - MONTANTE FINAL DO FINANCIAMENTO DA ENTIDADE CONTRATANTE

- 17.1 O montante final total a pagar pela Entidade Contratante à Organização não pode exceder o montante máximo da contribuição estipulado no artigo 3.º, n.º 2, das Condições Especiais, mesmo se os custos efetivos totais suportados excederem o orçamento total estimado previsto no anexo III.
- 17.2 No caso de o artigo 3.º, n.º 2, das Condições Especiais fixar o montante do financiamento da Entidade Contratante numa percentagem máxima do custo total elegível estimado ou de os custos elegíveis no final da Ação serem inferiores ao custo total estimado mencionado no artigo 3.º, n.º 1, das Condições Especiais, a contribuição da Entidade Contratante limitar-se-á ao montante resultante da multiplicação do montante dos custos elegíveis pela percentagem fixada no artigo 3.º, n.º 2, das Condições Especiais.

Se for provável que a percentagem prevista no artigo 3.º n.º 2, das Condições Especiais varie no decurso da execução, a Organização deve consultar imediatamente a Entidade Contratante para chegar a acordo sobre as medidas apropriadas, em conformidade com o disposto no artigo 9.º.

- 17.3 A Organização aceita que a contribuição da Entidade Contratante se limite ao montante necessário para equilibrar as receitas geradas pela Ação, as contribuições dos doadores e as despesas da Ação, e não possa, em caso algum, proporcionar-lhe um excedente.

Se, aquando do encerramento financeiro da Ação, se verificar um excedente pelo facto de os financiamentos terem sido superiores às despesas, a Organização deve precisar, no seu relatório final, o montante deste excedente na moeda utilizada pela Organização, o seu montante estimado em euros e o local onde é possível consultar a taxa de câmbio da organização. Este excedente nas contas da Organização, expresso na moeda por esta utilizada, deve ser convertido em euros à taxa de câmbio da Organização em vigor no dia em que a Entidade Contratante emite a ordem de cobrança interna, cujo montante se refletirá posteriormente na nota de débito enviada à Organização. O montante resultante em euros deve ser então reembolsado à Entidade Contratante. Esta disposição não se aplica às taxas de câmbio utilizadas nos relatórios.

- 17.4 Caso a Ação seja suspensa ou não seja concluída no decurso do período de implementação do presente Acordo, os saldos existentes após pagamento de todas as dívidas contraídas no decurso deste período, incluindo os juros eventualmente recebidos, devem ser reembolsados à Entidade Contratante.
- 17.5 Em caso de não-execução, de execução incorreta ou de execução parcial ou tardia da Ação, e sem prejuízo do seu direito de denunciar o presente Acordo em conformidade com o artigo 12.º, n.º 2, a Entidade Contratante pode, após ter dado à Organização a oportunidade de apresentar as suas observações e sem prejuízo do estipulado no artigo 13.º, reduzir a contribuição em função da realização efetiva da Ação nas condições estabelecidas no presente Acordo.

Artigo 18.º - RECUPERAÇÃO

- 18.1 Sempre que se justifique uma recuperação, a Organização compromete-se a reembolsar à Entidade Contratante, o mais tardar 45 dias após a data de emissão da nota de débito, sendo esta última constituída pela carta em que a Entidade Contratante pede o montante devido pela Organização, os montantes que tenham sido pagos em excesso relativamente ao montante final devido.
- 18.2 Caso a Organização não proceda ao reembolso nos prazos fixados, o montante por ela devido produzirá juros à taxa indicada no artigo 15.º, n.º 3. Os juros correspondem ao período decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo de pagamento até ao dia do pagamento. Os eventuais pagamentos parciais serão imputados primeiramente ao pagamento dos juros de mora.
- 18.3 O reembolso dos montantes devidos à Entidade Contratante pode efetuar-se por compensação com os montantes devidos à Organização a qualquer título, após ter informado esta última dessa opção. Para o efeito, não é exigida a aprovação prévia da Organização. Esta disposição é aplicável sem prejuízo de um eventual escalonamento dos pagamentos acordado entre as partes.
- 18.4 As despesas bancárias causadas pelo reembolso dos montantes devidos à Entidade Contratante ficam exclusivamente a cargo da Organização.